



RESENHA CRÍTICA

LAJONQUIÈRE, Leandro de. *Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Pedagogia e infância: provocações salutares

Carlos Henrique Kessler

Autor conhecido no país, desde a publicação de “De Piaget a Freud”, Leandro de Lajonquière tem sido convidado para eventos, cursos, palestras, supervisões e bancas. A interlocução advinda desses momentos, aliada a diversos projetos de pesquisa que desenvolve, ao prosseguimento de seus estudos, exame da literatura (principalmente a pedagógico-psicanalítica), tem-lhe possibilitado levar adiante seu trabalho de produção teórica, que vem sendo publicada em revistas de educação e de psicanálise. O livro aqui comentado avança a partir dessa produção, permitindo acompanhar como se deu seqüência ao pensamento do autor. Dedicar-se à abordagem da educação, agora desde os marcos da psicanálise. O autor indica ter feito definitivamente o caminho anunciado no título de sua obra anterior (de Piaget a Freud) e, mais até, de Freud a Lacan e Mannoni. Trabalha a educação desde a perspectiva do processo de subjetivação do sujeito. Propõe uma espécie de raio-x do que vem a caracterizar como mal-estar na pedagogia, contestando aquilo que vai denominar como discurso (psico)pedagógico hegemônico. Temos um trabalho denso, metódico, que explora os argumentos em detalhe; mas, principalmente, um texto com posicionamento explícito e provocativo. Lajonquière não recua em dizer como entende a situação pedagógica-educacional e assim – nos parece – não permite uma leitura acomodada: mérito indiscutível dessa obra, convoca ao debate e à reflexão aqueles que trabalham na área, particularmente aos que intervêm desde perspectivas vinculadas à psicopedagogia escolar, à psicologia e à psicanálise.

Difícil uma resenha de texto tão rico em conteúdos e detalhes. De uma certa forma, no mínimo cada parágrafo teria elementos a serem considerados. Sabendo que várias reflexões importantes ficarão de fora, seguem, a título de início de debate, algumas impressões, na tentativa de convocar para leitura. Cada um dos cinco textos, mesmo que possam ser tomados independentemente, cercam, por diferentes flancos, algumas questões.

No primeiro ensaio – “A (psico)pedagogia, a psicanálise e a impossibilidade da educação” – é proposta uma interpretação das ilusões pedagógicas de nossos dias. Segundo o autor coloca, a educação sempre carregou em si uma certa impossibilidade, mas de tempos para cá há uma forma de lidar com esta impossibilidade, que conduz a um impasse no processo de subjetivação inerente à educação. Perante esta dificuldade, o homem moderno oscila entre reduplicar a aposta educativa (contexto europeu) ou renunciar ao ato (Brasil). Aqui, assistimos ao inflacionamento da preocupação com o (psico)pedagógico, sem qualquer injunção à disciplina intelectual. Faz-se então a distinção entre pedagogia e educação, criticando-se a visão contemporânea psiconaturalista da primeira, que visaria a uma adequação natural entre a intervenção de quem ensina e o estado psicomaturacional dos alunos. Essa tendência indicaria uma objetivização/cientificização do ato pedagógico/educativo e a retirada de um sujeito que decide/é responsável. E, nesse sentido, Lajonquière, opõe, advindos da psicanálise, alguns senões. Para o autor, uma educação, longe de ser, como supõe a (psico)pedagogia moderna, o resultado de um “ajuste ao meio” atual ou futuro, graças ao desenvolvimento de um saber natural, é, ao contrário, o efeito da produção de um lugar numa história, para um sujeito, em virtude da transmissão de marcas simbólicas advindas do passado (sem que isso implique endossar o voto tirânico tradicionalista). A fórmula ‘educar para o futuro’ amarra-se à ilusão da superação da história parental.

No segundo e mais denso dos textos – “As formas da ilusão” –, retoma a crítica do que denomina como discurso (psico)pedagógico hegemônico, avançando na contribuição possível da psicanálise.

Nas últimas décadas, os problemas de aprendizagem, de indisciplina e até acontecimentos violentos passam a se destacar. O que teria acontecido com o lugar que a escola ocupa no imaginário social, para que a violência entre? Se o cenário escolar torna-se permeável à violência adulta, é porque a “criança” também não é mais a mesma...

Lajonquière renova a discussão sobre o “psicologismo”, já denunciado pelas psicologias sociais e educacionais nos anos 80. Distingue psicologia (fundada no desconhecimento da impossibilidade estrutural de obter este saber sobre a singularidade) da psicanálise. Para esta última, o sujeito está implicado em todo ato. Opera, de forma não manifesta no imaginário escolar, um amálgama entre aprendizagem, disciplina e maturação psicológica.

A partir daí, volta a debruçar-se sobre a questão do discurso (psico)pedagógico hegemônico. Tal como é caracterizado nos Parâmetros Curriculares

Nacionais, a intervenção pedagógica, sustentada em nome do interacionismo e do construtivismo pedagógico, apenas cria condições de desenvolvimento daquilo que se supõe já existindo em potência.

O autor passa então a considerar aspectos relevantes da subjetividade contemporânea. O espírito pedagógico hegemônico responde à violência que invade as escolas, na contramão dos valores não imediatistas que inspiraram a tradição educativa. Vê-se o cotidiano tensionado em direção ao futuro, não mais ao passado. Em lugar de manter-se o fio da tradição que outrora fez a escola impermeável à violência urbana, responde-se com a mesma lógica que impera nas ruas. Coloca que, se o mal-estar pedagógico (ineficácia) é derivado do espírito moderno; e o impasse é desmontável apenas fazendo referência ao passado; então, nada impede os educadores de se desvencilharem de tamanho padecimento... abrindo mão do discurso (psico)pedagógico hegemônico. Articula, assim, uma das preocupações centrais do artigo, a violência, com a questão do sintoma social contemporâneo, oferecendo uma solução: as crianças só aprendem a haver-se com as leis e a ética, na medida em que vivem num estado de direito e não no mundo das razões psicológicas.

No terceiro texto – “A psicanálise, a educação e a escola de Bonneuil”–, encontramos, além de um reconhecimento, homenagem a Mannoni e a experiência de Bonneuil, os pilares para o questionamento feito à tese da adequação natural entre as capacidades cognitivo-afetivas dos escolares e a “racionalidade didática” da intervenção pedagógica. Essa hipótese-ilusão acabaria por eliminar a cota de esforço subjetivo, embutido no ato educativo. Temos no cotidiano educativo geralmente disponibilizado as “crianças especiais” o paroxismo do processo de psicologização da educação. Quanto às crianças e jovens de Bonneuil, estes não são merecedores de nenhum tipo de cuidado pedagógico especial:

“Porque não sendo a educação uma estimulação mais ou menos metódica, mas a fecundação nas crianças e jovens da possibilidade de se tornarem adultos, subverte-se o espírito científico disciplinar da dita educação especial. A subversão da noção chave de individualidade psicológica em desenvolvimento acaba possibilitando que aconteça uma educação à seca, isto é, que uma criança ‘de Bonneuil’ venha no futuro a poder usufruir, como um adulto, do desejo.” (p. 111-2) A terapêutica de toda educação consiste em curar a criança do infantilismo.

Então, Bonneuil interessa a Lajonquière por subverter a idéia-pivô do raciocínio (psico)pedagógico hegemônico. É o seu avesso. As tarefas cotidianas “definem o cotidiano de uma cultura dada (...) quando ensinamos algo a uma criança colocamos, (...), em ato nossa fantasmática... a iniciativa do ato cai na conta do desejo do adulto em função educativa. Por outro lado, transmitimos uma lógica operativa que transcende o campo fantasmático no (...) qual estamos (...) tomados (...) um pedaço da cultura, um universal, um fragmento de liame social.” (p. 123) Quando a cultura se (psico)pedagogiza, sua dimensão universalizadora perde estofamento. No mundo desta, tudo é desvio a respeito

de uma norma de desenvolvimento natural, buscam-se objetos perfeitos, passíveis de um cálculo científico-disciplinar especial.

A partir de Bonneuil, avança na análise do caráter da presença da psicanálise na educação. A psicanálise se apresenta possibilitando uma ‘*éclairage*’ (“clareagem”). Interpõe-se entre a educação e o ideário (psico)pedagógico moderno, possibilitando o desdobramento do processo educativo que a pedagogia moderna veio tornar impossível.

Ainda, outra temática desenvolvida no capítulo: se alguém é levado a ocupar uma posição educativa, é na esperança de vir a saldar uma dívida simbólica que contraiu com aqueles adultos que foram significativos para ele. A educação visa articular um mandato restituidor de uma ordem sempre perdida. Encontra-se aqui o nó da divergência do autor: “pretender ‘educar’ em nome da natureza é negar aos pequenos a possibilidade de que venham a usufruir do desejo que os humaniza” (p. 141).

No quarto ensaio – “Freud, a educação e as ilusões (psico)pedagógicas” –, o autor efetua a discussão psicanálise e educação, de um ponto de vista interno à psicanálise. Nesse sentido, Lajonquière faz uma retomada de posições expressas por alguns psicanalistas, já consolidadas a respeito desse tema. Opõe ao conhecido trabalho de Millot (“Freud antipedagogo” – em que trata da a disjunção entre psicanálise e educação), o de Cifali (“Freud pedagogo?”). Esta última propõe que, embora a psicanálise não seja conclusiva em matéria de educação, isso não implica uma renúncia ao trabalho no contexto da conexão psicanálise/educação. Lajonquière volta à contribuição de Mannoni (uma educação que não seja pedagógica é aquela que reconhece o desejo). Diferencia educação – efeitos subjetivantes, formativos, deixados para a criança da relação com os adultos – de pedagogia – conjunto dos saberes positivos sobre os meios e fins da educação. Logo, a disjunção psicanálise/pedagogia não se aplica ao binômio psicanálise/educação.

O autor indaga sobre a relação educação/pedagogia, em consonância com outro tipo de aproximação da obra freudiana, na esteira das relações indivíduo/cultura. Toma a idéia de ilusão, central a todo o livro, na linha do texto “O futuro de uma ilusão”, onde Freud toma a religião (aqui ressaltado seu papel enquanto discurso e proposta hegemônica, no contexto educacional da época) como forma de ilusão. Nessa direção, propõe tomar o “educar para a realidade”, expresso por Freud, como sendo oposto àqueles preceitos religiosos. Logo, educar para a realidade ... do desejo.

Em conclusão, aponta que a educação atual está impregnada de fundamentalismo naturalista, da mesma forma que anteriormente era central a ilusão religiosa! E, assim, torna-se capaz de erradicar a vontade de saber. A recusa do desejo implicado nas ilusões (psico)pedagógicas atuais pode dar margem a que as crianças venham a adoeecer de resignado cinismo.

No quinto texto – “O erro de renunciar a educação” –, o autor extrai conseqüências ético-políticas em relação ao tema, encaminhando algumas “solu-

ções” para as interrogações lançadas ao longo da obra. Aponta para que não se perca o horizonte da educação enquanto elemento formador tanto de subjetividades quanto de cultura.

Estamos no registro dos ideais (imaginários e simbólicos), do dever ser e da dívida com os que nos situam no mundo. A forma como se tratam os ideais é inseparável daquela com que se pretende educar. Lajonquière identifica uma mudança na relação adulto-criança (portanto, uma mudança no sintoma social): adultos de hoje apresentariam uma propensão a degradar o estatuto simbólico da educação; quando se endereçam a uma criança, não o fazem em cumprimento de um “dever ser” retroativo, mas na ilusão de que a esta nada falte no futuro, fazendo o possível para poupá-la das limitações inerentes à educação, que ecoam como ferida narcísica. Só que isto mina os próprios fundamentos do ato educativo!

Ensinar e aprender “por amor” torna-se um mandato freqüente, mas insustentável. O discurso (psico)pedagógico hegemônico se articula em torno da ilusão de ser possível programar a fabricação de um ser ideal-natural, o que condena o cotidiano escolar a ser tensionado em nome de um futuro. Lajonquière considera assim, ser plausível que o sistema escolar tenha começado a fraquejar após o processo de psicologização do cotidiano escolar. É notório o deflacionamento simbólico do dispositivo escolar hoje em dia. Formam-se recursos humanos precários, governantes levam adiante campanhas de difamação da tradição escolar, gastam o escasso dinheiro disponível com a “pedoburocracia”...

Neste livro o autor afirma que o fato de que uma sociedade estar tomada por uma lógica narcísica onipresente não parece ser um desdobramento inelutável da modernidade (como se pensa, por exemplo, em alguns meios psicanalíticos): conhecimento, saber, desejo e dívida simbólica se pressupõem e se articulam em toda a educação. O autor finaliza apontando que o tamanho do fracasso escolar de um país é proporcional à degradação de suas leis, portanto, ao tamanho da renúncia à educação.

Vemos, como colocado ao início, algumas direções polêmicas possíveis:

a) Cognitivistas, behavioristas e educadores “tradicionalistas”: poderiam seguir interrogando por que não se buscar um saber científico positivo (logo adequado à “realidade”, descobrindo a “verdadeira natureza” do funcionamento humano) sobre como deveria ser a educação adequada;

b) Ao identificar e questionar o discurso (psico)pedagógico hegemônico subjacente à atual realidade escolar, como seguindo o figurino interacionista-construtivista, o autor afasta-se, realiza uma espécie de exorcização – de um viés ao menos – da leitura piagetiana, com a qual ele era em alguma medida identificado por muitos até aqui. Isso provavelmente deverá provocar dentre os movimentos de acomodação, necessários a sua assimilação nesta nova posição, a explicitação de algumas divergências de interpretação daqueles que possivelmente não concordem com a colagem da perspectiva piagetiana com a leitura da “naturalização”, levando o debate adiante;

c) Mas, como o privilégio dado pelo próprio autor é à psicanálise, nos dedicaremos aqui mais demoradamente a explorar uma questão específica. Lajonquière sustenta, em praticamente todos os momentos de seu texto, a defesa da escola e da educação, como se dando a partir da imersão na cultura, nos traços simbólicos, na via do ideal do eu. Questiona, inclusive, a posição de psicanalistas que se posicionam pela via do “inelutável desdobramento narcísico da modernidade” (eu ideal), que “pode ser pensada como mais uma vicissitude histórica da subjetividade (...), invenção sintomática do homem moderno” (p. 97). Com o auxílio de Foucault, chega a: “que a história tenha (...) ‘acabado’ assim, não significa que deva sê-lo de direito (...) uma das formas para sairmos do atoleiro moderno de pretender viver no futuro é ir, na contramão, (...), e fazer referência ao passado” (p. 100-1). Bem, sabemos não ser assim tão fácil reinventar identidades, desconhecendo que o presente ele mesmo é consequência de eventos nos quais estamos entremeados, mesmo que não queiramos saber deles. Até essa demanda quanto ao futuro não pode escapar de já trazer implícita uma transmissão da tradição. Não seriam as próprias mudanças que a educação vem sofrendo um efeito dos ideais adultos, como o próprio texto aponta? Será que o resgate do passado, do respeito à experiência dos mais velhos, é factível em um mundo em que o ideal é ser permanentemente jovem? Nesse caso, caberia apenas trabalhar a partir do fato de que, se está dado assim, ao psicanalista caberia tentar entender o que isto diz do mundo e do(s) sujeito(s) que este mundo tem produzido, pensar o que fazer, qual a intervenção possível e eficaz, em tal quadro. Parece-nos que, embora o autor penda decididamente para a posição de propor o que seria uma interpretação (produzir mudança, ruptura, corte), também oscila, ao questionar se não temos que levar em consideração as mudanças que o mundo coloca. A questão então ficaria entre voltar a uma encruzilhada passada, retomando a via que teria sido a melhor, ou avançar de onde estamos, sem por isso idealizar este lugar a que se chegou. Trata-se então de uma questão aparentemente em aberto que provavelmente venha a ser retomada pelo próprio autor em obras futuras. Porque, de qualquer forma, entendemos que seja consenso que o estado atual da educação no país não agrada a ninguém.

Assim, convidamos os que se sentirem implicados e/ou provocados, a compartilhar a leitura e o debate desta brilhante produção.

Carlos Henrique Kessler é professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

Av. Paulo Gama s/nº
90046-900 – Porto Alegre – RS
kessler@portoweb.com.br